

Maus presságios para a educação

No discurso, sob tantos aspectos notável, escrito pelo Dr. Tancredo Neves e lido pelo vice-presidente em exercício José Sarney, dirigido aos novos ministros, referiu-se o Presidente à necessidade de dar-se "alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País, inclusive de sua universidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o excelentíssimo senhor ministro da Educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas". Isto é, mais uma vez o Presidente insiste na "necessidade da reforma do sistema educativo", com destaque para a universidade, referindo-se aos "reclamos que foram apresentados durante a campanha" e que não é difícil imaginar quais sejam, pois que se vêm repetindo, até a saturação, em palavras e na ação pelos dirigentes dos "sindicatos docentes", em conjugação com os "líderes" políticos estudantis e, agora, com as "lideranças sindicais" dos funcionários das universidades públicas.

O sistema educativo do País, para esses grupos altamente ideologizados (responsáveis pelas sucessivas greves de docentes e funcionários que, nos últimos anos, vêm liquidando o pouco trabalho produtivo que ainda se tenta fazer nas universidades), se reduz, na verdade, ao ensino superior, privilegiado em relação aos graus inferiores do ensino, especialmente o tão maltratado ensino de 1º grau, à margem do qual são deixadas, anualmente, milhões de crianças e pelo qual outros milhões passam tão rapidamente que mal chegam a ter um precário ano de escolaridade, com um aprendizado quase nulo. Não se trata, no caso, evidentemente, de "reformatar" nada, mas de encher-se de vergonha pelo que acontece, tratando de enfrentar esse problema sempre ladeado. A grande reforma de nosso ensino primário (e usamos a expressão "primário", para ressaltar que nos estamos referindo especificamente às quatro primeiras séries do 1º grau, já que a escolaridade obrigatória de oito anos é característica do alheamento da Constituição à realidade, num País com dezessete milhões de analfabetos — sem contar os milhões de semi-analfabetos — e com sete milhões de crianças, em idade escolar, fora da escola), a grande reforma, dizíamos, está, de fato, em cuidar desse ensino, gastando-se com ele as verbas que lhe vêm sendo sonegadas, já que o Brasil gasta "pouco e mal" com a educação, situação que em nada foi até aqui modificada após a aprovação da meritória emenda do senador João Calmon.

Quanto ao ensino universitário, a reforma essencial está em que, nele, se passe realmente a ensinar, sem períodos de interrupção para greves, em nível compatível, já não dizemos com o que se deve esperar de uma boa universidade, mas de uma universidade razoável, e que se façam realmente pesquisas à altura das necessidades e da importância de um País que, "apesar de seus governos e de sua fome estatizante", cresceu e mudou notavelmente, graças ao trabalho e ao esforço de sua gente. Entretanto, tudo indica que os "reclamos feitos durante a campanha" não devem dizer respeito a essa disposição de mudar e trabalhar para fazer de nossas instituições universitárias universidades verdadeiras, disposição que deveria brotar da vergonha em face de seu precaríssimo ensino e da insignificância, em termos comparativos com os dos países que levam a sério o ensino su-

perior, de sua pesquisa, do ponto de vista quantitativo e, especialmente, qualitativo.

Os "reclamos" devem referir-se, naturalmente, às questões relacionadas com o poder na universidade e com essa tola reivindicação "comunitária e participacionista", que não se refere, obviamente, ao desejo de participação real no saber e no esforço em busca da verdade, mas tão-somente ao governo da instituição, que se quer teoricamente dividido por todos — professores, independentemente de seus títulos e competências, alunos, que em sua maioria não teria sequer condições para ingresso no ensino superior, e funcionários que ganham a vida na instituição, em grande parte alheios aos fins que esta deveria perseguir. E, ao que parece, essa imensa bobagem já vem sendo admitida pelo novo ministro da Educação (que, aliás, queria ser ministro de "outra coisa" que não da Educação, que é fértil em problemas e não em dividendos políticos), que está entrando no jogo do "comunitarismo", talvez para abafar os protestos que a "esquerda universitária" começava a articular a respeito de seu nome. E, dando uma idéia dos conceitos pedagógicos que o estão inspirando, o ministro se destacou, até aqui, por receber o responsável por essa caricatura do subdesenvolvimento filosófico que é a tal "pedagogia do oprimido" e, para maior glória, o presidente da UNE, organização de triste memória, responsável, desde os tempos do Sr. João Goulart, pela descaracterização do trabalho estudantil na universidade, posto a serviço da ideologia e da inversão dos valores sem os quais a instituição perde (como de fato perdeu) a sua identidade.

Os reclamos de reforma podem também ser do tipo da super-secretaria que o governo da família Montoro teima em implantar em São Paulo, revoltando — são as notícias da semana — os pesquisadores dos 16 institutos de pesquisa do Estado, como revoltado já havia os que ainda procuram salvar o que se conserva de universitário nas universidades, como se pode ver do documento do Conselho Universitário da USP, que já tivemos oportunidade de comentar.

Em lugar de reclamar "reformas", por que não cumprir sábias disposições legais existentes, que poderiam dar um pouco de dignidade às nossas instituições de ensino superior, especialmente as públicas e gratuitas, como o instituto da "jubilção", de que as UNEs e os sindicatos nem querem ouvir falar? Para dar uma idéia da importância desse impopular, mas moralizador dispositivo, conviria lembrar que na própria USP, em que, apesar de tudo, ainda sobrevivem alguns hábitos universitários, "apenas a metade dos alunos que nela ingressam conclui o curso", o que é sinal de dilapidação de recursos e prova evidente de que a jubilção se impõe, pois que os que não se formam normalmente lá continuam, "estudantes perpétuos", sem a menor justificativa. Mas a este assunto voltaremos em um comentário específico.

Fiquemos hoje por aqui, registrando as nossas apreensões no sentido de que a Nova República retome, ainda mais exageradas e desfiguradas, as práticas que vigiam nas universidades no tempo do Sr. João Goulart. E que o faça com o beneplácito de um ministro da Educação que começa a parecê-lo, imagina que ser "liberal" (pois que pertence a um partido que carrega o adjetivo no nome) e deixar-se levar, sem capacidade de resistência intelectual, pelos modismos de nossa arcáica e pouco confiável inteligência universitária. Transcrito do "Estado de S. Paulo" — edição de 31/03/85